v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

AMPLIAÇÃO DO ACESSO À IMUNIZAÇÃO EM ÁREAS DESCOBERTAS PELA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

EXPANDING ACCESS TO IMMUNIZATION IN AREAS NOT COVERED BY THE FAMILY HEALTH STRATEGY: AN EXPERIENCE REPORT ON A UNIVERSITY EXTENSION PROJECT

AMPLIACIÓN DEL ACCESO A LA INMUNIZACIÓN EN ÁREAS NO CUBIERTAS POR LA ESTRATEGIA DE SALUD DE LA FAMILIA: INFORME DE EXPERIENCIA SOBRE UN PROYECTO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

Tainá do Nascimento Moura[1], Iris Gleiciane de Souza[2], Marlene Leandro dos Santos Peixoto[3]

e778432
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8432

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

A vacinação constitui uma das principais estratégias de prevenção em saúde pública, sendo fundamental para a redução de doenças imunopreveníveis e para a promoção da saúde coletiva. Este estudo teve como objetivo relatar a experiência de um projeto de extensão voltado à ampliação do acesso à imunização em áreas descobertas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Petrolina, Pernambuco. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido por discentes do curso de Enfermagem da Faculdade Soberana, entre abril de 2022 e abril de 2023, a partir de reuniões formativas, capacitação dos estudantes e realização de ações de vacinação em campo. As ações possibilitaram o fortalecimento do vínculo com a comunidade, a ampliação do acesso à imunização, a atualização de cadernetas vacinais e a identificação de atrasos vacinais em diferentes faixas etárias. Destaca-se também a articulação com a gestão municipal, que possibilitou ampliar a oferta de imunizantes durante as atividades, além de contribuir para a formação acadêmica dos discentes. A experiência evidenciou a relevância das ações extensionistas para a promoção da saúde coletiva, o fortalecimento da integração entre universidade, serviços de saúde e comunidade e o desenvolvimento de estratégias de imunização em territórios com cobertura limitada da ESF.

PALAVRAS-CHAVE: Vacinação. Imunização. Estratégia Saúde da Família. Extensão universitária. Educação em saúde.

ABSTRACT

Vaccination is one of the main strategies for public health prevention and is essential for reducing vaccine-preventable diseases and promoting collective health. This study aimed to report the experience of an extension project focused on expanding access to immunization in areas not covered by the Family Health Strategy (FHS) in the municipality of Petrolina, Pernambuco, Brazil. This is a qualitative experience report developed by Nursing students from Faculdade Soberana between April 2022 and April 2023, based on formative meetings, student training, and vaccination actions carried out in the field. The actions enabled the strengthening of bonds with the community, expansion of access to immunization, updating of vaccination records, and identification of delayed vaccinations in different age groups. The articulation with municipal management is also

[1] Graduada em Enfermagem pela Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina. Mestranda em Enfermagem com Especialização em Gestão de Saúde pela Faculdade Universitária Iberoamericana (FUNIBER).
[2] Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Docente da Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina.
[3] Graduada em Enfermagem pela Universidade de Pernambuco (UPE) Campus Petrolina. Docente da Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina, atuando na área de políticas públicas, epidemiologia e saúde coletiva.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

highlighted, as it enabled the expansion of vaccine availability during the activities, in addition to contributing to the academic training of students. The experience demonstrated the relevance of extension actions for promoting collective health, strengthening the integration between university, health services, and community, and developing immunization strategies in territories with limited FHS coverage.

KEYWORDS: *Vaccination. Immunization. Family Health Strategy. University extension. Health education.*

RESUMEN
La vacunación constituye una de las principales estrategias de prevención en salud pública, siendo fundamental para la reducción de enfermedades inmunoprevenibles y para la promoción de la salud colectiva. Este estudio tuvo como objetivo relatar la experiencia de un proyecto de extensión dirigido a ampliar el acceso a la inmunización en áreas no cubiertas por la Estrategia Salud de la Familia (ESF) en el municipio de Petrolina, Pernambuco, Brasil. Se trata de un relato de experiencia, de enfoque cualitativo, desarrollado por estudiantes del curso de Enfermería de la Faculdade Soberana entre abril de 2022 y abril de 2023, a partir de reuniones formativas, capacitación de los estudiantes y realización de acciones de vacunación en campo. Las acciones permitieron fortalecer el vínculo con la comunidad, ampliar el acceso a la inmunización, actualizar los registros de vacunación e identificar retrasos en los esquemas vacunales en diferentes grupos etarios. También se destaca la articulación con la gestión municipal, que permitió ampliar la disponibilidad de vacunas durante las actividades, además de contribuir a la formación académica de los estudiantes. La experiencia evidenció la relevancia de las acciones de extensión para la promoción de la salud colectiva, el fortalecimiento de la integración entre universidad, servicios de salud y comunidad, y el desarrollo de estrategias de inmunización en territorios con cobertura limitada de la ESF.

PALABRAS CLAVE: *Vacunación. Inmunización. Estrategia Salud de la Familia. Extensión universitaria. Educación en salud.*

1. INTRODUÇÃO

A vacinação constitui uma das principais estratégias de promoção e proteção da saúde coletiva, desempenhando papel fundamental na prevenção de doenças imunopreveníveis e na redução da morbimortalidade da população (Brasil, 2022). O desenvolvimento das práticas de imunização teve início no final do século XVIII, a partir dos estudos do médico inglês Edward Jenner que, em 1796, propôs a inoculação de material proveniente de pústulas de indivíduos acometidos pela varíola em pessoas saudáveis (Durães; Oliveira; Monteiro, 2019). Observou-se que os indivíduos submetidos a esse procedimento desenvolviam manifestações clínicas leves e permaneciam protegidos contra a infecção, então considerada altamente letal. Essa técnica, denominada variolização, permaneceu por décadas como a principal estratégia de imunização disponível (Durães; Oliveira; Monteiro, 2019).

A consolidação da vacinação como uma das mais importantes estratégias de promoção e proteção da saúde coletiva resultou dos sucessivos avanços científicos que possibilitaram o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

aprimoramento das práticas de imunização ao longo do tempo (Corrêa *et al*., 2021). Entre esses avanços, destaca-se a consolidação da teoria microbiana por Louis Pasteur, no final do século XIX, e o desenvolvimento da vacina contra a raiva, cuja aplicação bem-sucedida em um ser humano exposto ao vírus representou um marco para a imunologia moderna, impulsionando a criação de vacinas destinadas à prevenção de diversas outras doenças (Corrêa *et al*., 2021).

No Brasil, a história da imunização teve início em 1804, com a introdução da vacina (Magenta, 2020). Desde então, as ações de imunização foram gradualmente estruturadas até culminarem, em 1976, na institucionalização da Política Nacional de Imunizações, por meio do Decreto nº 78.231, que estabeleceu diretrizes para o controle, a eliminação e a erradicação de doenças imunopreveníveis no país (Brasil, 1976). A efetividade dessas políticas pode ser evidenciada pela eliminação da poliomielite no Brasil, cujo último caso autóctone foi registrado em 19 de março de 1989, antes mesmo do último registro da doença no continente americano (Brasil, 2023).

Apesar dos avanços alcançados pelos programas de imunização, a adesão da população às vacinas não ocorre de forma homogênea nem constante, variando conforme a percepção social acerca de seus benefícios (Franco *et al*., 2020). Em períodos de maior incidência e morbimortalidade de doenças imunopreveníveis, observa-se aumento na procura pelos serviços de vacinação. Entretanto, à medida que os casos diminuem e essas doenças se tornam menos perceptíveis no cotidiano, tende a crescer a hesitação vacinal, fenômeno que favorece o ressurgimento de agravos anteriormente controlados (Franco *et al*., 2020). Nesse contexto, a proteção coletiva, também denominada imunidade de rebanho, depende da manutenção de elevadas coberturas vacinais, frequentemente estimadas em, no mínimo, 80% da população, para interromper a cadeia de transmissão de diversos agentes infecciosos (Alves; Delduque; Lamy, 2020).

Nesse cenário, a Atenção Básica desempenha papel estratégico na organização das ações de imunização, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), que desenvolve ações territorializadas e orientadas pelas necessidades locais (Silva *et al*., 2025). Entretanto, em diferentes regiões do país, persistem barreiras geográficas, organizacionais e informacionais que dificultam o acesso aos serviços de saúde, comprometem o alcance das metas de cobertura vacinal e configuram um importante desafio para a saúde pública (Silva *et al*., 2025).

No Brasil, o acesso à vacinação é garantido de forma universal, gratuita e independente de idade, sexo, raça ou etnia, sendo operacionalizado principalmente pelas Unidades de Saúde da Família (USF), no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI) (Brasil, 2025a). O PNI estabelece o Calendário Nacional de Vacinação, orienta a oferta de imunobiológicos para

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

diferentes faixas etárias e grupos de risco e define parâmetros de cobertura sistematicamente monitorados para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas (Brasil, 2025a). Apesar de constituir uma política pública consolidada e reconhecida internacionalmente, observa-se, nos últimos anos, uma tendência de redução das coberturas vacinais, cenário que tem despertado preocupação entre os serviços de vigilância epidemiológica e os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) (Couto; Barbieri, 2015).

Esse cenário evidencia que a disponibilidade dos imunobiológicos, embora essencial, não é suficiente para garantir elevadas coberturas vacinais, tornando necessárias estratégias que ampliem o acesso da população às ações de imunização, especialmente em territórios socialmente vulneráveis (Silva *et al.*, 2025).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem como objetivo assegurar a vacinação da população brasileira ao longo de todas as fases da vida, articulando estratégias de prevenção, controle e promoção da saúde. Essas ações repercutem diretamente na redução de hospitalizações, complicações e óbitos decorrentes de doenças imunopreveníveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da expectativa de vida da população (Lima; Pinto, 2017).

Do ponto de vista imunológico, as vacinas constituem uma forma de imunização ativa, capaz de estimular o sistema imune a desenvolver resposta específica e memória imunológica contra determinados agentes infecciosos (Brasil, 2025b). No Brasil, o Calendário Nacional de Vacinação contempla imunobiológicos destinados às diferentes fases do ciclo de vida e grupos prioritários, possibilitando o início da imunização ainda nas primeiras horas de vida e contribuindo para a prevenção, o controle e a interrupção da transmissão de diversas doenças imunopreveníveis (Brasil, 2025b).

Diante desse cenário, caracterizado pela redução das coberturas vacinais, pela persistência de desigualdades no acesso aos serviços de saúde e pelo aumento da hesitação vacinal, os projetos de extensão universitária assumem papel estratégico ao fortalecer a articulação entre ensino, serviço e comunidade. Essas iniciativas contribuem para ampliar o acesso às ações de imunização em territórios vulneráveis, desenvolver atividades de educação em saúde voltadas à conscientização da população sobre a importância da vacinação e promover a formação crítica e socialmente comprometida dos estudantes, fortalecendo, assim, os princípios e as ações do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, iniciativas extensionistas voltadas à vacinação em áreas descobertas pela Estratégia Saúde da Família representam uma estratégia complementar para ampliar o acesso da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

população aos imunobiológicos e fortalecer as ações de promoção da saúde em territórios com maior vulnerabilidade social.

Assim, objetivou-se relatar a experiência de um projeto de extensão universitária voltado à ampliação do acesso à imunização em áreas descobertas pela Estratégia Saúde da Família no município de Petrolina, Pernambuco.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido no formato de relato de experiência, que descreve as vivências relacionadas à participação em ações de vacinação realizadas em áreas descobertas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Petrolina, Pernambuco. As atividades foram desenvolvidas no âmbito de um projeto de extensão universitária da Soberana Faculdade de Saúde de Petrolina, com a participação de discentes do curso de Enfermagem, no período de abril de 2022 a abril de 2023.

As ações de vacinação foram realizadas predominantemente aos finais de semana, aos sábados ou domingos, no período da manhã, das 8h às 12h, em territórios sem cobertura da ESF. A composição da equipe extensionista ocorreu mediante avaliação inicial do conhecimento técnico dos estudantes, seguida de encontros formativos destinados à apresentação dos objetivos do projeto, discussão do calendário vacinal vigente, compartilhamento de conhecimentos e reconhecimento das principais demandas relacionadas à vacinação nas áreas de atuação.

Os encontros formativos foram realizados semanalmente, às quintas-feiras, às 17h, nas dependências da instituição de ensino, totalizando 15 reuniões, sendo uma delas realizada de forma remota por meio da plataforma Zoom. Durante esse processo, foram discutidas estratégias de educação em saúde, organização das ações em campo e aspectos relacionados à comunicação com a comunidade.

Nas atividades desenvolvidas nos territórios, foram realizadas ações de vacinação e educação em saúde, incluindo atividades educativas e lúdicas direcionadas ao público infantil durante o período de espera pelo atendimento. Essas estratégias favoreceram a aproximação entre estudantes e usuários, o fortalecimento do vínculo com a comunidade e o aprimoramento das habilidades práticas dos discentes relacionadas à assistência vacinal e à comunicação em saúde.

Ao longo do projeto, foram realizadas nove ações de vacinação em áreas descobertas pela ESF e um minicurso de férias direcionado à atualização do cartão vacinal. As experiências vivenciadas foram registradas por meio de observações realizadas durante as atividades, análise

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

das cadernetas de vacinação da população atendida, registros produzidos pelos estudantes e informações provenientes dos relatórios parcial e final do projeto de extensão.

A análise das experiências ocorreu de forma qualitativa, descritiva e reflexiva, considerando a sistematização das vivências dos discentes, as observações realizadas durante as ações e a articulação dos achados com a literatura científica relacionada à vacinação, educação em saúde e atenção primária.

O projeto teve duração de um ano, com elaboração de relatório parcial após seis meses de execução e relatório final ao término das atividades, contemplando a descrição das ações realizadas, dificuldades identificadas e possibilidades de aprimoramento das estratégias desenvolvidas.

O desenvolvimento das atividades seguiu os princípios éticos aplicáveis às práticas em saúde, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações utilizadas. Por se tratar de um relato de experiência fundamentado na descrição de atividades extensionistas, sem utilização de dados identificáveis ou informações sensíveis dos participantes, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme regulamentações vigentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações desenvolvidas nas áreas descobertas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) possibilitaram aos discentes uma aproximação direta com os territórios atendidos, permitindo compreender as particularidades das comunidades e as dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços de imunização. A vivência em campo favoreceu uma percepção ampliada sobre os fatores que podem interferir na adesão às práticas preventivas, evidenciando que aspectos territoriais, organizacionais e sociais podem influenciar a atualização do calendário vacinal da população. Nesse contexto, a vacinação deve ser compreendida não apenas como uma escolha individual, mas como uma prática de proteção coletiva e um importante componente do direito à saúde (Alves; Delduque; Lamy, 2020).

O público atendido foi composto predominantemente por crianças acompanhadas por seus responsáveis, além de adolescentes, adultos e trabalhadores da saúde residentes ou atuantes em áreas com cobertura limitada da ESF no município de Petrolina-PE. Durante as ações, os estudantes realizaram a avaliação das cadernetas de vacinação conforme o calendário vacinal vigente, identificando situações de atraso, orientando usuários e responsáveis quanto à importância da vacinação e direcionando os casos que necessitavam de complementação do esquema vacinal para os serviços de referência. Essa prática esteve fundamentada nas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que estabelece estratégias para garantir a oferta adequada dos imunobiológicos e ampliar a proteção da população contra doenças imunopreveníveis (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b).

A realização das atividades extramuros mostrou-se uma estratégia relevante para ampliar o acesso à imunização, especialmente para populações inseridas em territórios com menor aproximação aos serviços de saúde. A oferta da vacinação em espaços próximos à comunidade contribuiu para reduzir barreiras relacionadas ao deslocamento e favorecer a busca ativa de indivíduos com esquemas vacinais incompletos. Com isso, a Estratégia Saúde da Família apresenta papel fundamental nesse processo, por possibilitar maior aproximação entre os serviços de saúde e os territórios, favorecendo a identificação das necessidades locais e o desenvolvimento de ações direcionadas às características de cada população (Silva *et al*., 2025).

Durante as ações, além da administração dos imunizantes, foram desenvolvidas atividades educativas e lúdicas direcionadas ao público infantil e aos responsáveis, com o objetivo de ampliar o diálogo sobre a importância da vacinação e favorecer a participação dos usuários no cuidado em saúde. Considerando que diferentes fatores podem contribuir para a não adesão às vacinas, incluindo dúvidas, desinformação e dificuldades de acesso, ações educativas constituem estratégias importantes para fortalecer a confiança da população e estimular a manutenção dos esquemas vacinais atualizados (Corrêa *et al*., 2021).

Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se o minicurso de férias direcionado à atualização da caderneta vacinal, que contribuiu para o aprimoramento do conhecimento técnico dos participantes acerca do calendário de imunização e das estratégias de abordagem à população. Também foram realizadas ações em ambiente acadêmico voltadas aos trabalhadores e profissionais da saúde, com oferta de imunizantes como Influenza e Sarampo, ampliando o alcance das atividades desenvolvidas pelo projeto.

A ampliação das ações possibilitou ainda o fortalecimento da articulação institucional entre universidade e gestão municipal. A partir das necessidades observadas nos territórios e do impacto das atividades realizadas, foi estabelecida parceria com a Prefeitura de Petrolina, resultando na ampliação da disponibilidade de imunizantes e na inclusão da vacina contra a Covid-19 nas ações desenvolvidas. Essa integração entre diferentes instituições demonstra a importância da cooperação entre ensino e serviço para o desenvolvimento de estratégias que respondam às demandas reais da população.

No âmbito da formação acadêmica, as experiências proporcionaram aos discentes a articulação entre conhecimentos teóricos e práticas de saúde coletiva, favorecendo o desenvolvimento de habilidades técnicas, comunicacionais e relacionais. A participação nas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

etapas de avaliação das cadernetas, orientação aos usuários, administração de imunobiológicos, controle das condições adequadas de armazenamento e acompanhamento dos registros vacinais contribuiu para o fortalecimento das competências necessárias à atuação profissional em imunização.

Além dos conhecimentos técnicos, a vivência no território possibilitou aos estudantes desenvolver uma compreensão mais humanizada sobre os desafios enfrentados pela população no acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, a extensão universitária constitui importante estratégia educativa ao promover a aproximação entre universidade e sociedade, possibilitando a construção compartilhada de conhecimentos e o desenvolvimento de práticas alinhadas às necessidades sociais e de saúde dos territórios (Santana *et al*., 2021). Dessa forma, o projeto de extensão configurou-se como espaço de aprendizagem e transformação social, aproximando universidade, serviços de saúde e comunidade e fortalecendo ações voltadas à promoção da saúde e à ampliação do acesso à imunização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas demonstraram a importância das ações de imunização como estratégia fundamental para a promoção da saúde coletiva e para a garantia do direito à saúde, especialmente em territórios com cobertura limitada da Estratégia Saúde da Família. As atividades desenvolvidas no projeto de extensão contribuíram para ampliar o acesso da população às vacinas, favorecer a atualização dos esquemas vacinais e fortalecer práticas de cuidado integral e equânime.

Para a comunidade atendida, as ações representaram uma oportunidade de aproximação com os serviços de saúde, possibilitando orientações, esclarecimento de dúvidas e redução de barreiras relacionadas ao acesso à imunização. Para os discentes, a participação no projeto constituiu uma experiência formativa significativa, permitindo a articulação entre conhecimentos teóricos e práticas de saúde coletiva, além do desenvolvimento de competências técnicas, éticas e relacionais essenciais à atuação profissional.

As vivências no território possibilitaram uma compreensão ampliada do processo saúde-doença-cuidado, favorecendo o reconhecimento das vulnerabilidades sociais e das dificuldades enfrentadas pelas populações atendidas. Nesse contexto, evidenciou-se a importância de estratégias que ultrapassem os limites tradicionais dos serviços de saúde, aproximando as ações de imunização dos espaços de vida da comunidade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O projeto também reforçou o papel da extensão universitária como ferramenta de integração entre universidade, serviços de saúde e sociedade, contribuindo para a formação acadêmica e para a construção de práticas mais humanizadas e alinhadas às necessidades dos territórios. A articulação entre ensino e serviço mostrou-se fundamental para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde e ao fortalecimento das políticas públicas de imunização.

Dessa forma, recomenda-se a ampliação de iniciativas semelhantes, com fortalecimento das parcerias institucionais, continuidade das ações educativas e desenvolvimento de estratégias voltadas à superação das barreiras de acesso e ao enfrentamento da hesitação vacinal, contribuindo para a ampliação sustentável da cobertura vacinal em contextos de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. M. C.; DELDUQUE, M. C.; LAMY, M. Vacinação: direito individual ou coletivo? **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 8–11, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i3.737. Disponível em: https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/737. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976. Regulamenta a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d78231.htm. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ebook vacina***:* por que a vacinação é importante? Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Há 34 anos, último caso de poliomielite foi registrado no Brasil.** Gov.br, 19 mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/ha-34-anos-ultimo-caso-de-poliomielite-foi-registrado-no-brasil. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário de vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario. Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações – PNI.** Brasília: Ministério da Saúde, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/pni. Acesso em: 11 jan. 2026.

CORRÊA, S. M. C. *et al*. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7030/4379. Acesso em: 11 set. 2022.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A. Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo, SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 105-114, jan. 2015. DOI: 10.1590/1413-81232014201.21952013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Mxwd64Cq9mfjSRtmjx3VpdK/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2023.

DURÃES, F. A. A.; OLIVEIRA, A. D.; MONTEIRO, P. H. N. Edward Jenner e a primeira vacina: estudo do discurso expositivo adotado num Museu de Ciência. **Khronos**: Revista de História da Ciência**,** n. 7, p. 15, ago. 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/khronos/article/view/158184. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANCO, M. A. E. et al. Causas da queda progressiva das taxas de vacinação da poliomielite no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 18476-18486, nov./dez. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/21525. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, A. A.; PINTO, E. S. O contexto histórico da implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI) e sua importância para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Scire Salutis**, v. 7, n. 1, p. 53-62, 2017. DOI: 10.6008/SPC2236-9600.2017.001.0005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325357360_O_contexto_historico_da_implantacao_do_Programa_Nacional_de_Imunizacao_PNI_e_sua_importancia_para_o_Sistema_Unico_de_Saude_SUS. Acesso em: 11 set. 2022.

MAGENTA, M. As lições da vacina que chegou de “braço em braço” ao Brasil em 1804. **BBC News Brasil**, 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53533707. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTANA, R. R. *et al*. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. DOI: 10.1590/2175-623698702. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 jan. 2023.

SILVA, G. S. *et al*. A importância da Estratégia Saúde da Família na ampliação do acesso à saúde em áreas de baixa cobertura no Brasil. **Asclepius International Journal of Scientific Health Science**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 3, p. 110-115, 2025. DOI: 10.70779/aijshs.v4i3.48. Disponível em: https://asclepiushealthjournal.com/index.php/aijshs/article/view/48. Acesso em: 11 jan. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.